



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES

CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS-CCJE

Departamento: Gemologia

Disciplina: Requisitos Ambientais para Atividades Mineradoras

Código: GEM06814

Carga Horária Semestral: 60h/a

Créditos: 04

Professor: Neiva Lima dos Santos Buaiz

Período: 2022/1

1

PLANO DE ENSINO REMOTO

A. EMENTA

HISTÓRIA DA MINERAÇÃO AMBIENTAL, POLUIÇÃO AMBIENTAL, MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE, SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS.A ÁGUA E O MEIO AMBIENTE,A TUTELA CONSTITUCIONAL E PREVENTIVA DO MEIO AMBIENTE,PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL,COMPETÊNCIAS AMBIENTAIS NA CF/88 E NA LEI COMPLEMENTAR 140/2011,CONFLITOS ENTRE LEIS ESPECIAIS E GERAIS,POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE,PRINCIPAIS ÓRGÃOS AMBIENTAIS E COMPETÊNCIAS,LICENCIAMENTO AMBIENTAL:ETAPAS ;COMPETÊNCIAS E RESTRIÇÕES TÉCNICAS E JURÍDICAS.ESTUDO DO IMPACTO AMBIENTAL (EIA,RIMA).A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL,PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL.RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA,CIVIL E CRIMINAL POR DANOS CAUSADOS.ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.AÇÃO CIVIL PÚBLICA.REQUISITOS DE VALIDADE DOS AUTOS DE INFRAÇÃO.ATIVIDADE MINERAL EM ÁREAS DE CONSERVAÇÃO E DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, RESERVA LEGAL. INDENIZAÇÕES E PENALIDADES.

B. OBJETIVO

Levar ao discernimento acerca dos principais conceitos e evolução Jurídica da Legislação Ambiental. Estudar e aplicar as relações jurídicas existentes entre o meio ambiente e as atividades Mineradoras. Proporcionar aos alunos, conhecimentos da Legislação adequada e identificação de impactos ambientais. Identificar riscos da atividade mineral e ambiental. Conhecimentos das Leis aplicação das Políticas Ambientais. Estudo e aplicação da Constituição Federal, do Código Ambiental, Código das Águas, Leis e Decretos Ambientais aplicados as atividades Mineradoras.

C.PROGRAMA

1. Introdução ao Direito Ambiental (Histórico e evolução dos conceitos ambientais)

2. Direito Ambiental Aplicado à Mineração (Legislação aplicável, princípios constitucionais e as regras básicas aplicadas à lei ambiental) pág.11 a 17, William Freire combinado com Uile Reginaldo Pinto – Legislação Ambiental bibliografia recomendada.

3. Poluição Ambiental, Gestão Ambiental e Competitividade: William Freire e Silvia Capelli.

4.Mineração, Meio Ambiente Saneamento e Resíduos Sólidos

5.A Água e o Meio Ambiente

6.Tutela Constitucional e Preventiva do Meio Ambiente Constituição Federal Capitulo VI - Do Meio Ambiente Art. 225, páginas 461 e 462, Uile Reginaldo Pinto, bibliografia recomendada e Constituição Federal.

7.Princípios do Direito Ambiental

8.Competências Ambientais na CF/88 e na Lei Complementar 140/2011 e seus conflitos

9.A política nacional do Meio Ambiente- Decreto N° 99.274, 6 de junho de 1990 (política nacional, estrutura, constituição e funcionamento, competência, atuação, áreas de proteção e penalidades relacionados ao meio ambiente) páginas 543 a 554 do UILI Reginaldo Pinto e William Freire pág.31 a 47- bibliografia recomendada.

10.Principais Órgãos Ambientais e Competências- IBAMA, CONAMA E SISNAMA:

11.Licenciamento Ambiental e suas Etapas, Competências e Restrições Técnicas e Jurídicas (Seção V da Lei 11.284 de 02/03/2006 combinado com o Decreto nº 99.274 de 06 de junho de 1990–Do Licenciamento Ambiental (objetivos, aspectos jurídicos, competência, restrições técnicas e jurídicas, penalidades, recursos administrativos e judiciais do licenciamento ambiental) dos livros recomendados Uile Reginaldo Pinto e William Freire

12.Estudo do Impacto Ambiental (EIA- RIMA) -O estudo do impacto ambiental “EIA” e o relatório de impacto ao meio ambiente “RIMA” Decreto nº97.632,10 de abril de 1989, para a exploração de recursos minerais e demais legislações aplicáveis.

13. A Proteção Constitucional e Infraconstitucional do Patrimônio Cultural e Proteção do Patrimônio Ambiental: pág. 137 e pág. 155 - William Freire da bibliografia recomendada.

14.Responsabilidade Administrativa, Civil e Criminal por Danos Causados- pág. 543 Uile Reginaldo Pinto - Decreto 99.274 de 06/06/1990 que regulamenta a Lei 6.902 de 27 de abril de 1981 e a Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981

15. Ação Civil Publica e Regularização perante o DNPM: (órgãos ambientais, validade de licenças ambientais, o registro das empresas, gestão ambiental e competitividade), pág.19 a 30, William Freire e Legislação Aplicável de Uili Reginaldo Pinto, bibliografia recomendada.

16.Validade dos Autos de Infração e de Outras Exigências, Notificações – pág. 31 e pág. 97 - William Freire da bibliografia recomendada.

17.Atividade Mineral em Áreas de Conservação e de Preservação Permanente, Reserva Legal - Criação de estações ecológicas –parque nacional sobre área mineralizada, indenizações cabíveis A orientação do STJ- bibliografia recomendada

18.Indenizações e Penalidades - pág. 478 Lili Reginaldo Pinto da bibliografia recomendada.

D. METODOLOGIA

Procedimentos:

A disciplina será ministrada por meio de:

- Aulas remotas, através da plataforma Google Classroom, com participação direta do professor ao vivo, acrescido de vídeo aulas e slides, cumprindo todo o programa estabelecido na Letra C do Plano de Ensino EAD, com a participação online dos alunos matriculados, sendo ministradas 18 aulas de 30 minutos cada.
- Orientação dos trabalhos exigidos neste período especial.

Recursos:

- Acesso à internet;
- PC ou celular;
- Plataforma Google Classroom;
- Vídeo aulas;
- Slides;
- Projetor de multimídia (Datashow);
- Textos diversificados.

E. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

O sistema de avaliação será estruturado como se segue:

- a) Participação nas aulas – 75% de presença online obrigatória, correspondente a 30% do total da nota.
- b) Dois trabalhos individuais escritos, valendo 35% cada, totalizando 70% da nota total.
- c) Trabalho final e ou prova serão aplicados para os alunos que não alcançaram nota 7,0.
- d) A nota final do aluno será obtida através da soma das notas auferidas durante o período.

e) Os alunos que obtiverem média parcial inferior a 7,0 terão o direito a realizar um trabalho final, devendo alcançar média final igual ou superior a 5,0 para aprovação, trabalho este exigido pelo professor.

f) Observação importante: Tendo em vista o que dispõe a legislação educacional e as normas da UFES, só obterá crédito e nota na disciplina o aluno que comparecer no mínimo a 75% das aulas ministradas online. O não cumprimento dessa exigência implica na reprovação com nota zero, independentemente do resultado das avaliações.

g) Alunos com necessidades especiais terão suas avaliações em conformidade com as necessidades apresentadas.

NOTA: Os temas dos trabalhos deverão ser sugeridos e orientados pela professora.

F. BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1-PINTO, Lili Reginaldo- **Consolidação da Legislação Mineral e Ambiental-11^a** Edição Atualizada até 01/04/2008, Brasília 2008. 670 p. combinado com a 9^a edição, Brasília 2004.589p.

2-FREIRE, WILLIAM - **Direito Ambiental Aplicado a Mineração**. Editora Mineira, Livros jurídicos LTDA. Belo Horizonte MG 2005.213 p.

3-MARCHESAN, Ana Maria Moreira, Capela, Sílvia - **Direito Ambiental- 7.** Edição-Porto Alegre- 416 p. Editora; Verbo Jurídico

G. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1-DIAS, R. Gestão Ambiental: **Responsabilidade Social e Sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2006.

2-DONAIRE, D. **Gestão Ambiental na empresa**. São Paulo: Atlas, 1999.

3-GHERSI, CARLOS ALBERTO, LOVECE, GRACIELA, WEINGARTEN, CELIA: Danos al ecosistema y al médio ambiente-2^a EDICIÓN, Ed. Ástrea DE Alfredo Y Ricardo Despalma-CIUDAD DE BUENOS AIRES,2012

4-KNIGHT, A.a. HARRIGTON, J.A **Implantação de ISSO 14000** – Como atualizar o sistema de gestão ambiental com eficiência. São Paulo: Atlas, 2001. ROLES Ar. Custos de Qualidade: Aspectos de gestão ambiental. São Paulo, 2003

5-DANTAS, Marcelo Buzego. LEITE, José Rubens Morato. **Aspectos Processuais do Direito Ambiental**. 2 ed. São Paulo: Forense Universitária, 2004.

PROF- NEIVA LIMA DOS SANTOS BUAIZ